

Pesquisa da Codeplan rende ação na Justiça

Advogado diz que sondagem tem objetivo eleitoreiro

APESQUISA de opinião que a Codeplan está fechando e na qual solicita uma avaliação do entrevistado (que tem de ser eleitor no Distrito Federal) sobre o desempenho do governador Cristovam Buarque, além de pedir uma comparação entre o atual governo e o anterior, é objeto de ação popular na 6ª Vara da Fazenda Pública. O autor, José Nicodemos Rodrigues Varela, representado pelo advogado Pedro Calmon, pede liminar sustando o pagamento e suspendendo o contrato entre a Codeplan e o Instituto Euvaldo Lodi, responsável pela pesquisa.

O que motivou a ação popular é o fato de a pesquisa, segundo o advogado Pedro Calmon, ser eleitoral e, desta forma, não ter nenhum interesse social e econômico para a comunidade e para a administração pública. "É uma pesquisa eleitoral, sem dúvida, porque a terceira linha do formulário exige que o entrevistado seja eleitor no Distrito Federal", atesta Pedro Calmon. Afirma, ainda, que se trata de uma pesquisa clandestina — "destinada a favorecer o governador Cristovam Buarque" — pois não fora registrada no Tribunal Regional Eleitoral, conforme determina o artigo 33 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997. "E nem poderia haver registro porque o artigo 33 veda pesquisa antes do registro dos candidatos".

O advogado argumenta, na ação, que não é da competência nem finalidade da Codeplan a realização de pesquisa

eleitoral "usando o dinheiro público com o propósito de apurar a tendência do eleitorado da capital da República, com relação a possíveis candidatos a governador do Distrito Federal". Segundo Calmon, a pesquisa custou aproximadamente R\$ 200 mil. "É um dano aos cofres públicos que precisa ser reparado", diz o advogado.

Para mostrar a intenção da pesquisa de beneficiar o atual governador, Calmon cita a pergunta do item 21: "E em que governo houve mais corrupção?"

Há cinco opções para a resposta: 1) Governo de Cristovam Buarque, 2) Governo de Joaquim Roriz, 3) Nenhum desses, 4) Não sabe, 4) Sem resposta. O advogado levanta a suspeita de ser o próprio pesquisador quem preenche a resposta, "principalmente nos núcleos de pessoas mais humildes". Além disso, afirma Calmon, "há clara intenção de desmoralizar o governo passado nas perguntas 72 e 74, onde o eleitor é questionado sobre aspectos problemáticos da distribuição de lotes no governo passado sem indagar sobre os benefícios desta medida para a população".

Pedro Calmon anunciou que entra hoje com uma representação criminal contra o presidente do Instituto Euvaldo Lodi e o presidente da Codeplan, com base na lei eleitoral, por realização de pesquisa clandestina. "Eles podem ser condenados de seis meses a um ano de detenção e ao pagamento de multa que

varia de mil a 100 mil Ufirs", alerta o advogado.

**esquisa eleitoral
da Codeplan não
tem interesse social
nenhum para a
a comunidade
nem para a
administração
pública, argumenta
o advogado
Pedro Calmon**

pesquisa, "está funcionando criminosamente para a reeleição de Cristovam Buarque".

Na medida liminar, o autor pede que a Codeplan seja proibida de divulgar o resultado da pesquisa "por se tratar de procedimento clandestino e fraudulento". Pede, também, que o Instituto Euvaldo Lodi seja intimado a depositar em juízo todos os formulários da pesquisa que se encontram em seu poder.